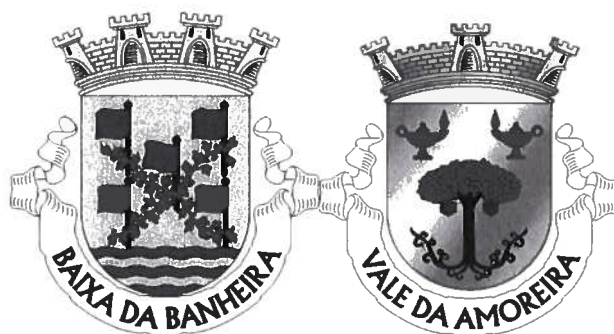




Ata da Assembleia Extraordinária de Freguesias da
União de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale
da Amoreira

Concelho da Moita

14 de Novembro de 2022

Ata n.º8

Ao décimo quarto dia do mês de Novembro de dois mil e vinte e dois, no Salão da Junta de Freguesia da Vale da Amoreira, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação de proposta da bancada da CDU para implementação da aplicação do Regime Jurídico da Criação, Modificação e Extinção de Freguesias no âmbito da Lei 39/21 de 24 de Junho

2 – Ratificação à Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, entre Outubro e Dezembro de 2021

3 – Ratificação à Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, desde Janeiro de 2022 até à celebração dos Autos de Transferência de Competências

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, na bancada do PS, em que Patrícia Pires foi substituída por César Marques e Rodrigo Nascimento foi substituído por Carlos Simões. Já na bancada da CDU, Emílio Brazão foi substituído por Judite Freitas e Telma Rocha foi substituída por Vitor Barata.

Houve ainda duas renúncias:

João Tita Maurício, como deputado independente, abdicou do mandato e entrou Cláudia Jaime para ocupar o seu lugar.

Na bancada do PS, Carlos Cardoso deu lugar a Cíntia Guerra que, na presente reunião, foi substituída por Carlos Soares.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Paulo Alfama, deu início à sessão, interpelando o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo que ninguém manifestou tal intenção.

Deu-se início à Ordem de Trabalhos com o ponto um, Apreciação de proposta da bancada da CDU para implementação da aplicação do Regime Jurídico da Criação, Modificação

e Extinção de Freguesias no âmbito da Lei 39/21 de 24 de Junho, apresentado pelo senhor Nuno Cavaco, da bancada da CDU.

Afirmou que os objetivos que teriam levado à unificação das freguesias da Baixa da Banheira e da Vale da Amoreira não teriam sido alcançados e que não aceita que sejam muito poucas as freguesias a levar a questão à Assembleia da República, dizendo que tal ocorre pela viabilidade financeira, que diz não fazer sentido.

O Presidente de Mesa propôs unir os pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, sobre a Ratificação à Manutenção dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, quer entre Outubro e Dezembro de 2021, quer desde Janeiro de 2022 até à celebração dos Autos de Transferência de Competências, o que foi aceite. Os pontos foram apresentados pela Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

Houve pedidos para intervir por parte de Rogério Santos e Nuno Cavaco, da Bancada da CDU, sendo este o primeiro a intervir.

Começa por dizer que a Bancada da CDU votará favoravelmente e explica que existe, realmente, uma irregularidade. A câmara municipal delegaria competências nas juntas de freguesia e esclareceria quais, transferindo o valor necessário para tal, mas que o protocolo que ratifica sobre o assunto apenas fora aprovado em Assembleia Municipal, o que tornaria essa proposta ilegal. Afirmar que o atraso na resolução do assunto poderia ter consequências para os eleitos da junta de freguesia, podendo ser responsabilizados, frisando que podia ter contribuído para essa responsabilização, mas que, em vez disso, os eleitos da CDU apenas alertaram para a situação.

A Senhora Presidente da Junta pediu a palavra para esclarecer que o atraso se deveu ao pedido de retirada do ponto da Ordem de Trabalhos, da reunião da Assembleia de Freguesia realizada em Junho, por parte da Bancada da CDU, com a justificação de não estar anexo a um protocolo anteriormente sempre assinado pelo executivo cessante.

Nuno Cavaco volta a pedir a palavra para dizer que a proposta apresentada pelo Executivo estaria incompleta, daí o pedido de retirada do ponto na reunião, e pedindo que a situação estivesse esclarecida aquando da discussão do orçamento para o ano de 2023, diferente do que aconteceu para o Orçamento de 2022.

O Senhor Tesoureiro do Executivo, Luís Cerqueira, interveio para questionar o anterior executivo sobre não ter anexado ao protocolo o valor correspondente às competências da junta de freguesia nos anos 2019, 2020 e 2021, o que fez com que a junta de freguesia

fosse lesada em milhares de euros. Afirma que, durante os três anos referidos, a verba dessas competências foi de 227 mil e 730 euros, mantendo-se a mesma, sem que o executivo anterior ativasse a cláusula do protocolo de delegação de competências. Refere ainda que o atual Executivo estaria a articular com a Câmara Municipal para que houvesse uma atualização dos valores.

O senhor Rogério Santos intervém para reforçar as palavras de Nuno Cavaco, que os eleitos da CDU apenas queriam alertar para uma irregularidade e que não estariam a agir “de má-fé”.

Terminada a discussão, o Presidente de Mesa submeteu os dois pontos em conjunto a votação, sendo ambos aprovados por unanimidade.

Houve uma declaração de voto por parte da Bancada da CDU, apresentada por Rogério Santos:

Declaração de voto – ratificação dos protocolos

“A CDU tinha razão. Mais uma vez, a CDU tinha razão. Os eleitos da CDU chamaram a atenção por várias vezes para a não ratificação dos protocolos de delegação de competências o que se constituía como procedimento irregular. A resposta era que não era assim e agora passados 9 meses e apesar da insistência, apresentam a proposta tal como a CDU alertou. Tempo perdido.

Mais do que ter razão o comportamento da CDU, sempre na defesa do interesse público, foi o de insistir para se resolver o problema, não prejudicando as escolas, o movimento associativo, os trabalhadores e a população.

Votamos a favor pelo que atrás apresentámos mas não deixamos de considerar que mais de um ano para estabelecer novos protocolos de descentralização de competências e a ratificação de protocolos assinados em Maio de 2018 é mau. Tal como mau também é a não atualização de valores pelo menos tendo em linha a inflação.

É mau para a população porque os valores em causa não estão revistos;

É mau para o movimento associativo pois deveriam ter mais apoio estabelecido;

É mau para os trabalhadores pois o valor transferido é pouco para as necessidades;

É mau para os trabalhadores pois os recursos à sua disposição para trabalhar são inferiores ao que deveriam estar à sua disposição.

E houve 390 dias para mudar a situação. A inércia, o empurrar com a barriga, demonstram insensibilidade e falta de capacidade para resolver os problemas apresentados.

Votamos a favor com a nota de exigência de novos protocolos ou pelo menos com a atualização dos valores atuais.

Não deixa de ser curioso que quem tanto se esforça em denegrir e enlamear o trabalho da CDU apenas lhe consiga dar continuidade e de forma errada.”

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 22 horas e 16 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente: Paulo Alfama

1.^a Secretária:

Mariana Sofia Marques Pinote

